



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Requerimento de Informações n.º , de 2018.

(Do Sr. Wladimir Costa)

Solicita Informações acerca do uso do **recurso público** aplicado aos deslocamentos do Sr. Ministro de Estado da Integração, **Helder Zahluth Barbalho**.

Senhor Presidente:

Nos termos do art. 50 da Constituição Federal e dos arts. 115 e 116 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados (RICD), solicito a Vossa Excelência seja encaminhado ao Senhor Ministro da Integração Nacional, **Helder Zahluth Barbalho**, o pedido de informações sobre as despesas realizadas para custear os deslocamentos no território nacional, no período compreendido entre a posse e o recebimento deste pedido.

Solicita-se ainda a gentileza dos dados serem entregues em mídia eletrônica no formato excel (.xls), contendo:

Cidade (origem)	UF	Data embarque	Cidade (destino)	UF	Data Desembarque	Tipo de aeronave	Gasto público	Agenda pública
						FAB	R\$	
						Pequeno Porte		
						Comercial		

JUSTIFICATIVA

Em um momento de extrema escassez de recursos públicos, cabe aos órgãos públicos o cuidado na gestão, o zelo por cada valor pago e a preocupação de ser eficiente no planejamento dos compromissos.

É sabido que o uso de aviões da Força Aérea Brasileira - FAB por autoridades do governo está previsto no Decreto nº 4.244, de 22 de maio de 2002. Nele estão elencadas as autoridades e as condições de uso das aeronaves.

Ocorre que a utilização desse transporte está sendo extrapolada, infringindo as regras que permitem seu uso e causando prejuízo ao Estado.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Frisa-se que diversos veículos de comunicação estão publicando reportagens, onde denunciam o uso indevido desse benefício e a malversação dos recursos públicos tanto em aeronaves da Força Aérea Brasileira quanto em voos fretados.

Ressalta-se que a legislação posta à disposição da sociedade atua como uma forma de aproximar o cidadão do controle de gastos e informações públicas para que todos, e não apenas os órgãos de controle, possam agir na vigilância e na tutela dos princípios constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, que balizam a administração pública.

Eu que **sempre defendo o meu Estado do Pará**, estou atento às atitudes das autoridades para zelar pelo uso eficiente dos escassos recursos e pela qualidade dos serviços públicos que devem ser oferecidos a cada um dos paraenses.

Assim, em prol da transparência e publicidade, solicito as informações acima, para deixar clara as ações desencadeadas pelo Ministro da Integração.

Sala das Sessões, em de de 2018.

Deputado Wladimir Costa
Solidariedade/PA